

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016
Circulante		2.861.470	2.789.469	2.199.787	2.199.156
Disponibilidades		2.068	660	1.402.521	1.423.589
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	188.599	228.237	13.770	21.068
Aplicações em operações compromissadas		188.599	228.237	-	-
Títulos e valores mobiliários	5	643.843	511.549	-	19.485
Títulos de renda fixa		643.304	511.549	-	19.485
Cotas de fundo de investimento		539	-	-	-
Operações de crédito	6	1.815.422	1.832.862	99.404	177.010
Financiamentos - Setor privado		1.993.630	2.024.836	99.404	177.010
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(184.198)	(191.974)	1.492	65
Instrumentos financeiros derivativos	12	8.555	30.772	1.492	65
Instrumentos Financeiros Derivativos		193.789	175.234	-	-
Outros créditos	11	193.789	175.234	553.713	579.007
Diversos		193.789	175.234	1.560	1.562
Outros valores e bens	8	9.184	10.155	113.099	70.492
Bens não de uso		10.585	10.470	105.074	186.345
Provisão para desvalorização		(3.462)	(3.808)	333.980	320.608
Despesas antecipadas		2.061	3.493	-	-
Realizável a longo prazo	5	2.145.349	2.325.293	1.341.814	1.506.500
Títulos e valores mobiliários	5	510.901	633.572	999.246	1.112.924
Títulos de renda fixa		510.901	633.572	926.899	1.100.886
Operações de crédito	6	1.394.251	1.368.614	72.357	12.038
Financiamentos - Setor privado		1.465.511	1.442.636	-	-
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(71.260)	(74.022)	236.260	263.103
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	7.803	43.530	42.723
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	7.803	43.530	42.723
Outros créditos	11	239.851	313.425	62.778	87.590
Diversos		239.851	313.425	45.447	22.206
Outros valores e bens	8	346	1.879	708	-
Despesas antecipadas		346	1.879	16.623	65.544
Permanente	30.265	29.753	1.529.948	1.431.630	5.535
Investimentos	6	6	6	360.854	360.854
Outros investimentos		6	6	222.636	301.147
Imobilizado de uso	8	4.335	5.517	946.458	769.629
Outras imobilizações de uso		16.066	16.028	-	-
(Depreciação acumulada)		(11.731)	(10.511)	-	-
Imobilizado de arrendamento	7	483	507	-	-
Bens arrendados		1.399	1.467	-	-
(Depreciação acumulada)		(916)	(960)	-	-
Intangível	9	25.441	23.723	-	-
Software		58.999	39.469	-	-
(Amortização acumulada)		(33.558)	(15.746)	-	-
Total do ativo		5.037.084	5.144.515	5.037.084	5.144.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	1º Semestre	
		2017	2016
Receitas da intermediação financeira		457.898	601.333
Operações de crédito		388.224	518.567
Operações de arrendamento mercantil		-	43
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		69.674	82.723
Despesas da intermediação financeira		(246.434)	(413.187)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(16.842)	(146.488)
Operações de captação no mercado		(144.776)	(155.144)
Operações de arrendamento mercantil		-	(42)
Despesas por Operações por empréstimo		(7.266)	(37.785)
Reversão/Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6d	(77.550)	(103.727)
Resultado bruto da intermediação financeira		211.464	158.146
Receitas de prestação de serviços		490.029	523.626
Rendidas de taxa de administração de consórcios		456.240	487.342
Receita de prestação de serviços		33.789	36.284
Outras receitas/(despesas) operacionais		(467.505)	(462.790)
Outras despesas administrativas	21	(431.856)	(405.462)
Despesas de Pessoal		(11.640)	(10.037)
Despesas tributárias		(75.852)	(70.399)
Outras receitas operacionais	22	84.062	67.384
Outras despesas operacionais	23	(32.219)	(41.276)
Resultado operacional		233.988	218.982
Resultado não operacional		1.060	1.029
Resultado antes da tributação sobre o lucro		235.048	220.011
Imposto de renda	19a	(65.265)	(84.775)
Contribuição social	19a	(35.998)	(44.496)
Ativo fiscal diferido		873	60.802
Lucro líquido do semestre	3	134.658	150.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	1º Semestre	
	2017	2016
Lucro líquido do semestre ajustado	331.580	347.830
Lucro líquido do semestre antes do imposto de renda e contribuição social	235.048	220.011
Operações de créditos de liquidação duvidosa	77.550	103.727
Constituição / (Reversão) de provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	14.529	18.427
Despesa com provisões contingentes	4.882	3.986
Depreciações e amortizações	28	-
Reversão/(despesa com provisões fiscais)	-	43
Superveniência/insuficiência de depreciação	(457)	1.636
Constituição/(Reversão) da provisão para desvalorização BNDU	(457)	1.636
Varição de ativos e obrigações	(263.608)	(120.842)
(Aumento)/redução em imposto de renda retido na fonte	(9.925)	(9.717)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	-	(51.490)
(Aumento)/redução em operações de crédito	(115.209)	(65.184)
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos	3.273	119.084
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	11.106	23.386
(Aumento)/redução em outras obrigações	(22.481)	(8.578)
Aumento/(redução) em resultado de exercícios futuros	(804)	(1.744)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(129.568)	(136.609)
Atividades operacionais - Caixa líquido proveniente	67.972	226.988
Alienação de imobilizado de uso	101	589
Aquisição de imobilizado de uso	(155)	754
Aplicações no intangível	(5.339)	(8.179)
Atividades de investimento - Caixa líquido proveniente/aplicado	(5.393)	(6.836)
Distribuição de Lucros	(64.662)	(160.000)
Aumento/(redução) operações compromissadas	-	(4.996)
Aumento/(redução) em Obrigações por Empréstimos	(44.381)	-
Aumento/(redução) em depósitos em garantia	46.655	(13.080)
Aumento/(redução) em recurso de aceites e emissão de títulos	(6.735)	(3.403)
Atividades de financiamentos - Caixa líquido proveniente/aplicado	(69.123)	(181.479)
Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa	(6.544)	38.673
Saldo de caixa e equivalentes no início do período	197.750	190.630
Saldo de caixa e equivalentes no final do período	191.206	229.303
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalente de caixa	(6.544)	38.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2015	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Legal		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	360.854	29.033	305.625	745.296
Lucro líquido do semestre	-	-	-	150.822
Destinações do lucro:				
Reserva Legal	-	824	(824)	-
Reservas especiais de Lucros	-	-	15.665	(15.665)
Distribuição de dividendos	-	-	(50.000)	(50.000)
Saldo em 30 de junho de 2016	360.854	29.857	271.290	769.629
Saldo em 31 de dezembro de 2016	360.854	31.563	204.395	866.149
Lucro líquido do semestre	-	-	-	134.658
Destinações do lucro:				
Reserva Legal	-	1.833	(1.833)	-
Reservas Especiais de Lucros	-	-	34.845	(34.845)
Distribuição de dividendos	-	-	(50.000)	(50.000)
Saldo em 30 de junho de 2017	360.854	33.396	189.240	946.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 O Banco Honda S.A. (Banco) autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), iniciou suas atividades no ano de 2000, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.
 A atividade operacional do Banco consiste, principalmente, no financiamento de veículos, através da modalidade do crédito direto ao consumidor, portanto com alienação fiduciária do bem, como garantia real das operações. A partir de setembro de 2012 o Banco iniciou as operações do produto Floor Plan que consiste no financiamento de veículos para as concessionárias.
 A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Leasing) autorizada a funcionar pelo Bacem iniciou suas atividades em 2000, tendo por objeto social a prática de operações permitidas nas disposições legais e regulamentares em vigor, inerentes às sociedades de arrendamento mercantil, bem como a participação em outras sociedades.
 A Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. (Consórcio) tem como objetivo social a constituição e administração de grupos de consórcio. Iniciou suas atividades em 1981, administrando grupos para aquisição de bens, principalmente de produtos da marca Honda.
 Para fins do atendimento da Resolução nº 4.280, essas empresas estão consolidando suas demonstrações financeiras para fins de apresentação do Conglomerado Prudencial.
 As demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2017 foram aprovadas pela Diretoria em 21 de agosto de 2017.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
 As práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, subsidiada no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 - Benefícios a Empregados).

a. Ajuste do resultado
 A apuração dos lucros e das despesas do Banco e da Leasing obedecem ao regime de competência.
 Para a Leasing as receitas de arrendamento mercantil, são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil.
 No caso da Consórcio a taxa de arrendamento devida pelos participantes dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do seu recebimento, conforme disposições da Circular Bacem nº 2.381 de 18 de novembro de 1993 e a despesa de comissão decorrente de comercialização de cotas por terceiros é apropriada ao resultado pelo seu pagamento, conforme disposições da Carta-Circular do Bacem nº 2.598 de 27 de novembro de 1995.

b. Estimativas contábeis
 Ativos e passivos sujeitos a estimativas contábeis incluem o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes das estimadas. O Conglomerado revisa as estimativas e as pressupostos mensalmente.

c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
 É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

d. Ativo circulante e realizável a longo prazo
Caixa e equivalentes de caixa
 São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelas Sociedades para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa
 As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/90 do Bacem, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda provável). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
 As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.
 As negociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme nota explicativa nº 6d.

Créditos tributários
 Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e as expectativas de resultados futuros e referem-se, principalmente, às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites para o imposto de renda. A provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 para instituições financeiras de acordo com a Lei 13.169/15.

Ativos contingentes
 O Conglomerado Prudencial não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. O Conglomerado Prudencial não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 30 de junho de 2017 e 2016.

Despesas antecipadas
 As despesas antecipadas de comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito são registradas na abertura do crédito e apropriadas ao resultado pelo prazo dos contratos até junho de 2017. Com a divulgação da Circular Bacem nº 5.653/13, a partir de janeiro de 2015 as despesas de comissão são reconhecidas no ato de sua contratação.

Outros ativos
 São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia) auferidos e/ou ajustados aos valores de mercado ou de realização.

e. Ativo permanente
 Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:
 • Depreciação dos custos dos bens do imobilizado, reconhecida pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: sistema de processamento de dados, 20%; veículos, 20%; e demais equipamentos, 10%. No caso em específico da Leasing, quando de operações com uma pessoa jurídica há uma redução de 30% na referida vida útil, segundo determinado pela Portaria MF nº 140/84, 28,57% ao ano (vida útil de 42 meses).
 • A perda representada pelos seguintes itens:
 • Por gastos com benfiterários em imóveis de terceiros, sendo amortizado no prazo do contrato de locação do imóvel;
 • Com aquisições e desenvolvimento de sistemas é amortizado pelo prazo de cinco anos e
 • Perdas de arrendamento, sendo a amortização das perdas de arrendamento mercantil reconhecida pelo prazo da vida útil remanescente dos bens arrendados.

• Intangível representado por software contabilizado após a entrada em vigor da Carta-Circular Bacem nº 3.357, com vida útil definida e cuja utilização terá benefício econômico futuro, é amortizado pelo método linear à taxa de 20% ao ano.
 • Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment), é reconhecida a perda se o valor de contabilização de um ativo exceder seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

f. Passivo circulante e exigível a longo prazo
Provisão para imposto de renda e contribuição social
 A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:
 • Imposto de renda: 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120.000 ao semestre.
 • Contribuição social: 15% sobre o lucro tributável, até o período de agosto 2015 e 20% sobre o lucro tributável a partir do mês de setembro 2015, de acordo com a Lei nº 13.169/15 para o Banco e mantendo 15% para a Leasing e 9% para o Consórcio.
Passivos contingentes e obrigações legais
 Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. Para os processos classificados com perda possível, é realizada a divulgação dos valores.
 As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.
Outros passivos
 Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias (em base pro rata dia) incorridas.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DE CONSOLIDAÇÃO
 Na elaboração das demonstrações financeiras do consolidado prudencial foram adotadas, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o COSIF, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Financeiro, instituído pela Circular nº 1.273/07.
 As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado em 30 de junho de 2017 abrangem as demonstrações financeiras do Banco líder do conglomerado, Leasing e da Consórcio, que são controlados pela Honda South America Ltda.
 Nenhuma das entidades consolidadas possui participação societária umas nas outras. De acordo com a resolução do CMN nº 4.280, devem estar contemplados no Conglomerado Prudencial entidades definidas na respectiva norma, independente de participação acionária uma nas outras.
 Assim, o Conglomerado Prudencial do Banco inclui:

	Lucro líquido	Patrimônio líquido
	2017	2016
Consórcio Nacional Honda	97.980	134.334
Banco Honda S/A	36.269	16.145
Honda Leasing S/A	409	343
Total	134.658	<

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Table with columns for 2017 and 2016, listing various obligations such as 'Recursos a devolver - Grupos encerrados' and 'Fiscais e previdenciárias'.

A rubrica de "outras obrigações fiscais e previdenciárias" referem-se principalmente à provisão para imposto de renda e contribuição social e imposto de renda e contribuição social diferido sobre resultado de exercícios futuros.

17. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

O Conglomerado é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e outros assuntos, cujos riscos de perda foram classificados como provável por nossos assessores jurídicos, como segue:

Table with columns for 2017 and 2016, listing contingent liabilities such as 'Provisão para contingências cíveis' and 'Provisão para contingências trabalhistas'.

a. Movimentação dos processos

Table showing the movement of processes for 2017, with columns for Saldo inicial, Adição, Utilização, Reversão, and Saldo final.

(i) Refere-se a ações judiciais movidas contra o Banco que objetivam discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de crédito, sendo em sua maior parte do juizado especial cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos.

(ii) Refere-se a processos trabalhistas em sua maioria a ações ajuizadas por ex - empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações relativas às reclamações de direitos trabalhistas.

(iii) Refere-se a processo tributário sobre a diferença do índice de contribuição do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) com o Banco e também ao processo tributário sobre IPVA com a Leasing.

A Consórcio mantém o montante para processos judiciais tributários, cujo valor encontra-se integralmente provisionado no montante de R\$ 196 (R\$ 173 em 30 de junho de 2016).

Em 30 de junho de 2017 a Administradora de Consórcio Nacional Honda possui um total de R\$ 101.103 para processos cujos riscos de perdas foram classificados como possível (R\$12 em 30 de junho de 2016).

18. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente o valor de R\$ 5.535 (R\$ 7.229 em 30 de junho de 2016), que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamento, líquidas dos impostos.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

Large table showing tax calculations for 2017 and 2016, including columns for IRPJ, CSLL, and total tax payable.

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

Table showing the origin of tax credits for 2017 and 2016, categorized by IRPJ and CSLL.

d. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

Table showing the realization of tax credits for 2017 and 2016, with columns for 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, and Total.

Table showing the realization of tax credits for 2017 and 2016, with columns for 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, and Total.

Table showing the realization of tax credits for 2017 and 2016, with columns for 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, and Total.

Table showing the realization of tax credits for 2017 and 2016, with columns for 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, and Total.

O valor presente destes créditos tributários no montante de R\$ 299.180 em 30 de junho de 2017 (R\$ 271.292 em 30 de junho de 2016), considera a taxa Selic de 13,25% a.a.

Os critérios de constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados: A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social Em 30 de junho de 2017, o capital social é de R\$ 360.854 (R\$ 360.854 em 30 de Junho de 2016), representado por 39.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país;

b. Reserva legal É constituída à razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitado a até 20% do Capital Social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3º §2º).

c. Reserva especial de lucros Constituídas pelo montante do lucro não destinado a remuneração dos acionistas.

d. Dividendos De acordo com deliberação em reunião dos sócios-quotistas, foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 14.662 (R\$ 110.000 no período de 2016) pela Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. e R\$ 50.000 (R\$ 50.000 no semestre de 2016) pelo Banco para a acionista Honda South América Ltda.

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Table showing administrative expenses for 2017 and 2016, including categories like 'Serviços de terceiros', 'Despesas financeiras', and 'Despesas comerciais'.

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Table showing operational income for 2017 and 2016, including categories like 'Reversão/utilização de outras provisões operacionais' and 'Reversão de provisões diversas'.

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Table showing operational expenses for 2017 and 2016, including categories like 'Provisão para contingências', 'Desvalorização de BNDU', and 'Desconto concedido'.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora direta do Banco, Leasing e Consórcio é a Honda South América Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co., com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a operações de incentivo à venda de produtos fabricados por empresas do grupo e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes, controladas pela mesma controladora do Conglomerado.

Table showing transactions with related parties for the 1st semester of 2017 and 2016, categorized by type of transaction and party.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Fundo de pensão O Banco é patrocinador da PREVIHONDA - Sociedade de Previdência Privada de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida. As contribuições aportadas ao plano no decorrer do 1º semestre de 2017 somaram R\$ 58 (R\$ 65 no decorrer do 1º semestre de 2016), contabilizados na rubrica de despesa com pessoal.

b. Limite operacional Em 30 de junho de 2017, o Índice de Basileia apurado pela instituição foi calculado em conformidade com a nova regulamentação do Banco Central do Brasil para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 22,29% (22,58% em 30 de Junho de 2016), conforme legislação vigente à época.

c. Gerenciamento de Riscos Para atendimento ao requerido nas Resoluções do CMN nºs 3.721/09, 3.464/07, 4.090/12, 3.988/11, 3.380/06, e 4.327/14, o Banco dispõe de estrutura específica para gestão de riscos, e as atividades são centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos incorridos pela instituição.

Para nortear essas atividades, a diretoria da instituição estabeleceu políticas específicas para gestão de cada risco. Gerenciamento de Risco de Crédito O gerenciamento de risco de crédito tem a finalidade de mensurar, monitorar e controlar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A instituição utiliza modelos internos para calcular a probabilidade default de cada cliente, bem como, a parte total projetada. Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez O gerenciamento do risco de mercado objetiva mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de mercado das carteiras de ativos e passivos financeiros da instituição considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas às taxas de juros e abrangendo inclusive o risco de liquidez.

Para o cálculo do risco de taxa de juros na carteira banking, a instituição utiliza o modelo EVE na abordagem de valor econômico. Gerenciamento de Risco de Capital A gestão de capital tem como objetivo mensurar, monitorar e mitigar a evolução dos negócios em consonância com a capacidade de gerar ou obter capital, propondo limites e alternativas de contingenciamento do nível de capital mínimo da instituição, garantido nível de capital adequado a expectativa de evolução dos negócios em ambientes distintos.

A instituição utiliza principalmente testes de stress de carteira em condições econômicas adversas. Risco Operacional A gestão de risco operacional segue a premissa de que o risco operacional deriva de eventos resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados, falhos ou eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. Estes eventos, quando ocorrem, são registrados e a origem avaliada para correção e melhorias.

Risco Socioambiental A gestão de risco socioambiental é concebida sobre a premissa de que este é a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais. Em seu gerenciamento deve ser considerado: sistemas, rotinas, procedimentos, novas modalidades de produtos ou serviços, ramo de atividade dos clientes, entre outros exemplos.

As descrições dessas estruturas mais detalhadas estão evidenciadas no site do Banco, e os relatórios dessas atividades estão disponíveis na sua sede.

d. Covenants Os covenants são regras estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos que têm por objetivo comprometer o devedor de forma mais eficaz do que as garantias tradicionais. O Banco é devedor por empréstimos obtidos junto ao Banco de Tokyo Mitsubishi Brasil S.A., Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A e Japan Bank For International Cooperation - JBIC, com último vencimento em maio/2020, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioeconômica.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. Essas informações também são monitoradas e requeridas pelos credores mencionados.

A DIRETORIA

ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Diretores e Acionistas do Banco Honda S.A. (instituição líder do Conglomerado) - São Paulo - SP

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Honda S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos nas notas explicativas 1 e 3.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Honda S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa 3 às referidas demonstrações.

Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas entidades consolidadas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Honda S.A. Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas 1 e 3 às referidas demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco Honda S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos O Banco Honda S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 17 de agosto de 2017.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas 1 e 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o erro ou erro que o proponente pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.